



Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Rafaela Isabel Graça Nunes e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues e Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Joel Alexandre Neves Marques, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Rogério da Conceição Palma Rodrigues e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Jorge Silva Esteves, Pedro Miguel Pereira Florêncio e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Francisco Miguel Guerreiro Cabral, conforme documentos registados sob os n.ºs 12 e 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 14 e 15, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

Presidente da Mesa – Sobre as peripécias desta reunião já tive o cuidado de fazer a distribuição na sexta-feira de uma explicação a todos os membros da Assembleia Municipal e depois no domingo fiz mais alguns desenvolvimentos para os membros da Comissão Permanente. Esta é uma Assembleia que, perante a questão colocada por mais do que uma bancada e que em conversa com o Sr. Presidente da Câmara, se considerou que era urgente fazer e nesta data e o Presidente da Assembleia tomou a iniciativa.

Quanto à legalidade, julgo que não há dúvidas nenhuma, quanto à rapidez da convocatória é que as coisas foram como foram, porque tinham que ser assim, mas eu também recorro que no início deste mandato quando discutíamos o regimento também me comprometi que sempre que alguma bancada, algum grupo municipal, alguns deputados considerassem urgente discutir um assunto, não seria por causa das formalidades que a Mesa, ou o Presidente da Mesa deixaria de convocar e limitei-me a fazer isso que me tinha comprometido a fazer no início do mandato.

Agora temos três propostas de recomendação com a distinção que já tentei esclarecer bem, que uma recomendação no período de antes da ordem do dia não é uma deliberação do órgão colegial, vincula aqueles que a apresentam e aqueles que lhe dão apoio, mas não o órgão em si, mas uma recomendação que está incluída na ordem do dia constitui uma deliberação do órgão e essa deliberação do órgão vincula o órgão Assembleia Municipal naquilo que for aprovado por maioria e vincula depois no executivo municipal no que tiver que dar a execução em relação à deliberação. Não haja confusão com os períodos de antes da ordem do dia e os períodos da ordem do dia, estamos perante deliberações, deliberamos recomendar alguma coisa ao executivo, que é algo totalmente diferente das auto recomendações, se a Assembleia ou se a Câmara recomenda a si própria, isso é que não é apropriado e não serão deliberações para determinar as suas próprias ações que tenha de aprovar.

Entendendo isto, nós vamos deliberar sobre qual das recomendações é que vai ser aqui aprovada para a remeter para determinadas ações ao executivo.

Temos três, como se faz a discussão? Ou se faz uma a uma, sendo a mesma matéria não tem muito sentido, a discussão deverá ser feita conjuntamente porque a matéria é a mesma, a votação é que tem de seguir a disposição que está no artigo 38, n.º 1, do nosso regimento, que diz que quando há várias propostas sobre a mesma matéria, a votação é feita pela ordem inversa da apresentação delas, portanto, a ordem inversa aqui será da CDU, do Partido Socialista e a do PSD. É isto que está no regimento, independentemente de outras considerações, está regulamentado assim e assim teremos de fazer.

Há alguma discordância deste método de discussão, de discuti-las conjuntamente e depois votá-las uma a uma?

Ilídio Ferreira (PS) – Um pedido de esclarecimento. Se forem discutidas conjuntamente, qual é o tempo atribuído a cada um dos partidos?

Presidente da Mesa – No ofício diz que o tempo da discussão é a Grelha C, quando ainda só tinha sido distribuída uma proposta.

Ilídio Ferreira (PS) – Ma é a Grelha C por cada uma das propostas ou a Grelha C para todas as propostas?

Presidente da Mesa – É isso que estou a dizer, a Grelha C foi indicada como sendo a Grelha da discussão quando foi distribuída a primeira proposta, depois aparecem mais duas e teremos a Grelha C para cada uma das três, ou seja, a discussão é conjunta, mas o tempo vai ter de ser triplicado.

Ilídio Ferreira (PS) – Por nós, não vemos inconveniente, pelo contrário, que seja conjunta desde que o tempo seja a triplicar.

A – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Deliberação n.º 051/2024/AM – Proposta n.º 01/2024/PSD – Recomendação da Assembleia Municipal de Setúbal sobre o contrato de concessão com a empresa Datarede S.A.** (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16)
2. **Deliberação n.º 052/2024/AM – Proposta n.º 01/2024/PS – Recomendação de modificação ao contrato de estacionamento tarifado e de avaliação de resolução ou resgate parcial** (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17)
3. **Deliberação n.º 053/2024/AM – Proposta n.º 01/2024/CDU – Recomendação sobre o contrato de concessão com a empresa Datarede SA** (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18)

Nuno Carvalho (PSD) – Este tema tem uma história bastante longa ainda que a história, daquilo que é a opinião do PSD, naturalmente não seja feliz, nem de perto e nem de longe e a posição do PSD é bastante conhecida desde o início deste processo que levou a esta grande mancha de estacionamento tarifado na cidade. Em particular, diria apenas que não é uma história em que o PSD esteve envolvido, é uma história que levou sempre à mobilização por parte da população de Setúbal e que sempre contou com a posição, diria até que é um misto de desconfiança e a oposição de uma parte significativa da população de Setúbal e essas razões que na altura se impunham, ainda hoje se impõe de uma forma clara e evidente.

Em primeiro lugar, até é preciso lembrar que, para além de petições e até houve mais do que uma petição, uma delas eu estive diretamente envolvido e fui o 1º subscritor, mas não foi a única, houve mais do que uma petição envolvida sobre esta matéria e todas elas tinham algo em comum que é a necessidade de haver factos e evidências. Todo este processo, que hoje nos conduz, ele está ainda muito ausente de factos e evidências. As evidências são fundamentais quando tomamos decisões públicas e queremos que as pessoas percecionem com clareza a decisão política que é tomada, ainda para mais para o que é fundamental e transformador como este estacionamento tarifado que se quis e se quer fazer na cidade, é fundamental a perceção e a compreensão por parte das pessoas, nesse mesmo sentido. Ora, foi muito difícil conseguir compreender como é que o estacionamento tarifado podia-se erguer e como é que podia ser uma alternativa ao impulsionar a mobilidade ou defender mesmo os próprios residentes e isso foi algo que, de facto, ainda hoje tem significativos desafios. Mas esses desafios estão embrulhados numa gestão da concessão que nos levanta as maiores dúvidas.

Ainda assim, não queremos deixar de referir algo que creio que tem que ser um ponto assente, é que este assunto sobre o qual o PSD requereu esta assembleia penso que o acompanhamento por parte de outras propostas dos outros partidos traz, de facto, a pertinência deste tema e leva-nos a dizer, de forma clara e evidente, que isto não é algo que apenas agora o PSD se lembrou de fazer, é algo que, de facto, nunca nenhuma das partes que se envolveu contra este sistema tarifado, alguma vez se esqueceu.

Diga-se, também, que esta Assembleia Municipal realizou um trabalho importantíssimo e que serviu de base à proposta do PSD, como é evidente, naquilo que foi o trabalho realizado pela comissão que relatou um conjunto de situações de cumprimento, ou, entenda-se naquilo que parece ser claro e evidente o cumprimento do contrato que merece hoje esta avaliação para o seu possível resgate.

Dar uma nota clara, do que hoje nós discutimos, que vem de mandatos anteriores, há algo que nós não podemos deixar de referir, é que há presidentes de Câmara Municipal que deixam heranças e há outros que deixam património. Uma herança nem sempre é uma coisa positiva e esta herança que aqui temos e que contou com uma decisão que veio da anterior Presidente de Câmara Municipal, é preciso perceber se é uma herança da Dores Meira que agora é candidata ou se é uma herança da CDU. Eu faço esse desafio de forma clara e evidente, porque acho que a população também quer ouvir isso. Uma pessoa que, inclusive, foi Presidente do Júri, que não é algo normal, foi a anterior Presidente da Câmara Municipal, afinal de contas esta embrulhada que aqui hoje está, da qual a CDU hoje aqui tem, também, tem a responsabilidade de dizer se quer continuar ou não. Por isso, nós fazemos esta proposta, da forma como ela começou, quem é que participou nela e a ideia foi de quem e quem, permita-me dizer, é o pai ou mãe da criança desta embrulhada em que a cidade foi colocada?

Este aspeto acho que é fundamental, do ponto de vista da clareza política e até do ponto de vista daquilo que é a honra e o compromisso de quem exerce lugares públicos.

Não podemos deixar, também, de referir que este contexto que hoje nos leva à discussão desta concessão, não pode esquecer aquilo que são ainda os desafios de mobilidade que ainda existem e que, quando esta concessão foi lançada tornou-se claro e evidente que não utilizar uma viatura pessoal, o automóvel, não era algo que pura e simplesmente fosse uma opção para muitas pessoas, porque a realidade a nível de concessão e a nível de execução de mobilidade que hoje está a ser construída a nível da Área Metropolitana de Lisboa, não estava nem perto nem de longe pensada desta forma. Por isso ainda mais grave seria se, de facto, não tivesse sido possível atingir esse compromisso, que foi, de resto, um compromisso de vários partidos, no qual o PSD a nível da Área Metropolitana de Lisboa também esteve envolvido, mas também a CDU e o PS que levou, de facto, a que nós conseguíssemos ter um compromisso de aumento de mobilidade a nível de abrangência e de frequência.

Nós não podemos deixar de referir que nesta proposta que aqui hoje trazemos, que é a análise do resgate que só pode ser feita olhando para aquilo que é a execução financeira e para aquilo que é a execução do ponto de vista jurídico, o cumprimento do ponto de vista jurídico, dentro do que é a legislação atual que existe e olhando para aquilo que são as violações ou incumprimentos que se registaram. Só quando houver todos esses factos em cima da mesa, que nós hoje não temos, é que será possível analisar aquilo que pode ser um resgate ou não desta concessão, sendo que o PSD desde o início que não está a favor desta solução e desta forma como ela foi pensada para a cidade. Se for possível repensá-la, ainda que seja por força de erros ou de incumprimentos da parte do concessionário, ou de erros ou incumprimentos das duas partes, mas que elas consigam convir que não querem continuar com este modelo de contrato. Então que venha o modelo que verdadeiramente sirva os setubalenses, que verdadeiramente proteja os residentes e que verdadeiramente permita que o estacionamento tarifado não seja algo que traga um imposto encapotado, mas sim que traga uma proteção para os setubalenses do ponto daquilo que é a possibilidade de conseguir ter utilização da via pública para estacionar e também sem esquecer todos aqueles que cá investem e que têm as suas empresas de forma a que a mobilidade gradualmente possa ser oferecida como alternativa a nível de transportes públicos para as pessoas e quando ela não existir que isso não se torne, como disse, num imposto encapotado quando não há alternativa para o transporte pessoal.

Não queremos, também, deixar de referir que, do ponto de vista daquilo que são as outras duas propostas apresentadas, até pegando, se me permitem, naquilo que disse o Sr. Presidente, que é importante perceber que isto vincula efetivamente e tem um grau de formalidade para com a Câmara Municipal. Nesse sentido, olhando para a proposta da CDU achamos claramente que, para nós, falta uma parte a nível daquilo que é a explicação que esperamos, uma vez que ela não veio na proposta, que venha da parte do executivo para percebermos, pelo menos, o ponto em que estamos e que depois que se possa fazer a análise nos termos em que a proposta do PSD sugere e que possa vir a informação do ponto de vista factual para perceber em que pé é que estamos.

No que diz respeito à proposta do Partido Socialista, o primeiro ponto em particular, para o qual chamamos a atenção, é um ponto que conseguimos compreender o porquê de ele ser aqui colocado, contudo, do ponto de vista da formalidade do que aqui está, para além de não conseguirmos perceber se estes valores que aqui são referidos, como por exemplo, a reserva de 10% de lugares, mas, se calhar, em algumas partes da cidade até pode ser mais e noutras partes da cidade até pode ser menos. Portanto, isto não é um critério assim muito uniforme e que possa ser aplicado desta forma, não sei o que levou o Partido Socialista a dizer isto, mas ainda assim estamos a falar de números que podem, de facto, levar a vincular a Câmara Municipal.

Se falarmos de princípios e se o princípio, de facto, é procurar fazer com que exista mais estacionamento reservado aos moradores e aos setubalenses, porque o estacionamento tarifado não tem de ser sempre tarifado para os residentes e nem para os setubalenses e azeitonenses e concordamos, efetivamente, com essa ideia de princípio. Concordamos com uma ideia de princípio que leva a uma redução de ocupação do estacionamento tarifado para os setubalenses. Contudo, o que aqui neste ponto, é falarmos de uma negociação para chegar a esse objetivo e nem sabemos qual é a situação em que, neste momento, está a concessão para haver uma negociação. Julgamos que qualquer tipo de decisão tão específica como esta que aqui está referida no número um, ela só pode ser verdadeiramente tomada se houver um nível de informação que, creio, que todos aqui criticamos que não existe.

Não havendo estas evidências, estes factos, tomar qualquer tipo de decisão pode efetivamente levar-nos para um campo que é amplamente desconhecido e estarmos a decidir com base em algo que, de facto, não sabemos qual é o estado da arte ou se queremos assim dizer até o estado do sítio.

Senhoras e senhores deputados, cremos que evidentemente há pontos verdadeiramente comuns em todas estas três propostas e que este seja o princípio de algo que até agora não foi feliz para o concelho de Setúbal, mas que daqui em diante, possa ser uma história muito mais feliz, do ponto de vista daquilo que ainda temos para fazer e que o consenso que daqui surja possa servir melhor os setubalenses e os azeitonenses, porque, de facto, esta concessão do estacionamento tarifado, como o PSD sempre avisou, não serviu e nem está a servir os setubalenses e os azeitonenses.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, antes de falar na proposta, porque há pouco não tive tempo de clarificar que se verificar o que diz a Infopédia e o Wikipédia, corresponde ao meu sentimento, conversações ou negociações têm o mesmo significado. Existe uma carga negativa, eu sei, a propósito de negociações, mas isso muitas vezes são as pessoas que a dão, não é a palavra em si. A palavra negociar significa conversar tendente a um objetivo e não vejo qual é a diferença entre conversações ou negociações, mas, pronto, o Sr. Presidente quer que eu diga conversar, eu digo conversar, mas essa não é a questão essencial para mim, porque acredito que ele conversando o faz na boa fé, não é uma negociação no sentido da má fé, pelo contrário. Nunca me passou pela cabeça tal coisa e a questão para mim não era essa, a questão para mim era que eu estava a coordenar uma comissão que andou a fazer um determinado trabalho, insurgindo-se contra o facto de o concessionário não estar a cumprir com o contrato, nomeadamente não construir uma obra que se tinha comprometido fazer após um mês e a Câmara andar já em conversações sobre essa matéria e não ter dito nada à Comissão. E quando o Sr. Presidente falou aqui desse assunto, já tinha a Comissão aprovada há muito tempo e o relatório já tinha sido aprovado nesta casa há bastante tempo. Foi a única coisa que eu não gostei de ouvir do Sr. Presidente, agora se foi conversação ou negociação, para mim é irrelevante.

Passando ao assunto que nos interessa aqui, feito este esclarecimento, vou falar sobre as propostas.

A proposta da CDU, nós concordamos, sempre o temos dito que a gestão do estacionamento é um instrumento importante para ordenar o espaço público, se utilizado de forma equilibrada e necessária para esse efeito. Hoje, o estacionamento tarifado em excesso tem exatamente o efeito contrário, em lugar de ser um efeito de normalização, é um efeito de desregulação, conforme nós vemos na nossa cidade.

O Plano de Mobilidade e de Sustentabilidade, que é referido na recomendação da CDU, aponta para o estacionamento tarifado, já o referi aqui e podem consultar. Em algumas zonas de comércio e interface de transportes, essencialmente na zona central da cidade e não nas zonas residenciais e em toda a baixa da cidade como praticamente temos neste momento, importa clarificar que o Partido Socialista, não deixa de ser verdade o que é referido, mas precisa de ser clarificado que o PS lançou um concurso para estacionamento tarifado, mas muito limitado à zona comercial e a algumas ruas da Baixa de Setúbal e que não ultrapassou durante o tempo de vigência do mandato do Partido Socialista os 500 lugares.

A própria CDU, entre 2001 e 2021, não viu necessidade de um tão grande número de lugares tarifados como faz parte do atual contrato. O número de lugares aquando da assinatura do contrato em maio de 2021, era de apenas 1.178 lugares, ou seja, em 10 anos a CDU aos 500 que o PS tinha criado, criou apenas mais 678, ora isto nada tem a ver com os 8 mil e tal que estão previstos no contrato de exploração. Omitindo estas questões pode-se lançar alguma confusão, mas convém clarificar a grande diferença para os 8.470 previstos.

A proposta da CDU elencou um conjunto de obrigações que o concessionário não tem cumprido, mas na fase de recomendações, limita-se a recomendar que a Câmara exija o cumprimento, quando o concessionário já disse que se a Câmara entende que não estão a cumprir e que deve recorrer aos tribunais. Isto foi a resposta, de uma forma muito sucinta, que o concessionário deu quando a Câmara lhe deu conhecimento de ter aprovado a alteração do contrato.

A proposta, também, diz que reavalie as condições da concessão, sem apontar ações concretas. Ainda assim, com esta recomendação, a CDU reconhece que o contrato não está a ser cumprido e que algo tem de ser feito. Temos dúvidas que o executivo da Câmara avance no prazo definido na recomendação, tenho dúvidas, mas ficava satisfeito se assim fosse, com medidas concretas sobre as condições da concessão face ao tempo que tem levado a intervir.

Recordo que, aquando da aprovação do relatório da Comissão de Urbanismo e Mobilidade, em fevereiro de 2023, o executivo não reconhecia ainda o incumprimento pelo concessionário relativo ao Anexo 9. Já em março de 2022, o executivo dispunha de um parecer jurídico, que tenho aqui comigo, que dizia ser legal a mudança da obra do Anexo 9 e só dois anos depois tomou a decisão de alterar o contrato e comunicar ao concessionário. Em relação à recomendação do PSD, francamente não a compreendo e muito menos a urgência do tratamento que justificasse uma Assembleia Municipal extraordinária.

Como medidas a tomar, o PSD aponta apenas o resgate, deixando de fora a modificação, medida que me parece a ideal, modificação por acordo entre as partes e a resolução do contrato. Havendo incumprimento do concessionário e não se encarando a resolução, porque foi colocada uma cláusula no contrato? Pergunto. As recomendações do PSD são de estudos e mais estudos, alguns dos quais não têm qualquer justificação e que seguramente a serem realizados, durarão anos. Verdadeiramente a urgência da Assembleia e o teor da recomendação do PSD escapam à minha capacidade racional de entendimento.

A recomendação do Partido Socialista aponta para soluções concretas e o PS tem sido coerente ao longo do tempo, muito antes da assinatura do contrato. Recordo que, em março de 2009, no âmbito da consulta pública sobre o regulamento de estacionamento tarifado, em que houve 10 contributos e que em termos políticos apenas o PS e o PAN fizeram um ou dois pedidos de chamadas de atenção. O PS apresentou um documento de três páginas, em que já chamava a atenção para o exagero dos lugares previstos e se manifestava contra o excesso de estacionamento tarifado, a falta de bolsas de estacionamento, o estacionamento tarifado em zonas residenciais e chamava a atenção que a implementação seria penalizadora para os setubalenses e para a cidade, estacionamentos vazios e carros em cima dos passeios. Isto em março de 2019, escreveu o Partido Socialista e foi premonitório. Não foi premonitório, porque foi a experiência que existe noutros locais que nos fez saber que isto ia acontecer.

Em 29/04/2022, o PS apresentou uma recomendação aprovada por toda a oposição, com o voto contra da CDU, em que se propunha a revisão do regulamento de estacionamento tarifado e que o executivo renegociasse o contrato de exploração com vista à redução do número de lugares tarifados. Em 24 de junho de 2022, o Partido Socialista propôs que a Comissão de Urbanismo e Mobilidade fosse chamada a apreciar o processo e a apresentar um relatório à Assembleia Municipal. Em 24 de fevereiro de 2023, foi aprovado o relatório da Comissão de Urbanismo e Mobilidade, em que era recomendado à Câmara que desse início à negociação do contrato com o concessionário, no sentido da alteração desse contrato para que levasse a uma redução do número de anos e lugares de estacionamento. Após essa data, o PS tem vindo a reforçar essa necessidade de intervenções nesta Assembleia.

A proposta do PS é no sentido do executivo, primeiro, procurar negociar com o concessionário ou conversar com o concessionário para tentar um acordo que está previsto, em termos contratuais. Segundo, se este não se mostrar disponível, utilizar as figuras jurídicas previstas no contrato. A resolução por violação de forma grave e reiterada das obrigações pelo concessionário, violações essas que a Câmara reconheceu serem graves ao ter aplicado sanções em março deste ano, e o resgate ou o resgate parcial do contrato.

Em política, perante problemas graves, como este do estacionamento tarifado que está a ser para a cidade, há três formas de tratar esses mesmos problemas. A primeira, que é normalmente a de quem exerce o poder, é desvalorizar os problemas, fazer de conta que eles não existem e quando não é mais possível ignorá-los, se não houver vontade de os resolver e ir deixando andar. Tem sido essa a postura da CDU que tendo conversações ou negociações, os resultados, de facto, não se têm visto e o contrato continua a ser executado de uma forma penalizadora para a Câmara Municipal.

Outra, é apostar na máxima para que nada mude, era preciso fazer de conta que se quer que se mude alguma coisa, ou seja, dar uma no cravo e outra na ferradura. Penso que a proposta do PSD é isso que faz, ou seja, propor uma série de coisas para que tudo fique na mesma. O PSD aponta para recomendações no sentido da alteração do contrato, mas depois vem propor um conjunto de estudos que, a serem realizados, empurram qualquer decisão ou podem dar azo ao poder executivo para que arraste o processo para as calendas gregas, deixando para uma data distante ou para um tempo que nunca há de vir.

É uma estratégia antiga, esta de fazer estudos como forma de não tomar decisões, o exemplo paradigmático é o do aeroporto, que andou 50 anos com os estudos e mais estudos e nunca mais se faz o aeroporto. Com as recomendações do PSD, podemos andar anos e anos a fazer estudos e nunca mais a Câmara toma qualquer decisão relativamente ao estacionamento.

A outra forma, é aquela que nós achamos que deve ser a prática correta e que temos procurado seguir, que é encarar os problemas, tomar consciência de que têm de ser resolvidos, avaliar as hipóteses de resolução e tomar as medidas necessárias. É esse o caminho que o PS tem trilhado. Não sendo poder executivo, faz o que pode para que quem tem esse poder executivo vá ao encontro daquilo que pensam que são as melhores soluções. Estamos convictos que se o problema se mantiver no final de 2025 e o PS ganhar as eleições, como esperamos, o seu executivo resolverá este grande problema para a cidade e para os setubalenses que é o processo de estacionamento tarifado.

Vítor Rosa (BE) – Começo pela convocação desta Assembleia extraordinária e que é um motivo de urgência focado pelo PSD para a sua realização.

Este tem sido um mandato atravessado por algumas particularidades no que ao funcionamento desta Assembleia diz respeito e a convocação, em particular, desta que justificou a necessidade de esclarecimentos por parte do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, só veio reforçar que não pondo em questão a legitimidade legal e regimental da sua convocatória nos termos em que foi feita, pensamos contudo que o motivo da urgência apresentado foi e é apenas uma forma de o PSD tentar apresentar-se como um partido preocupadíssimo com o estacionamento tarifado ou moeda de troca de compromisso de outras votações.

Deixar claro que não é o único e que as suas preocupações, sendo justas, já estavam referenciadas no relatório elaborado pela Comissão de Urbanismo, aprovado em fevereiro do ano passado aqui em Assembleia, daí termos dificuldade em entender toda esta urgência a que se associaram o PS e a CDU. Podia à mesma ser feita noutra altura com todas as recomendações, de forma a evitarmos a vulgarização da marcação de assembleias extraordinárias que não passou, inclusive, por uma reunião preparatória da Comissão Permanente e ser mais um acordo de cavalheiros entre algumas forças políticas que um verdadeiro debate democrático alargado a todas as forças políticas com representação nesta Assembleia.

Sobre as recomendações propriamente e sobre o atual ponto de situação do contrato de concessão, deixar em primeiro lugar, que mesmo com algumas divergências sobre alguns dos considerandos e propostas deliberativas e pela falta de novidade política que estas recomendações não trazem, votaremos favoravelmente todas as propostas apresentadas para que, de alguma forma, se dê início ao fim deste contrato de concessão e que termine de vez com o encargo a todos os setubalenses e a todos os que nos visitam.

Este contrato de concessão, feito de forma ruínosa para a cidade e para os munícipes, pela mão da gestão da CDU, então liderada por Maria das Dores Meira, mas com a aprovação e defesa do mesmo por muitos dos que estão hoje em exercício neste executivo e também nesta bancada na Assembleia. Um contrato de concessão de 40 anos, com a exorbitância de números de lugares tarifados e sem uma fiscalização eficiente por parte do concedente desde o seu início, só poderia dar como resultado o slogan do anúncio “novidades só no continente”.

Sejamos sérios, a atual situação de incumprimento por parte da Datarede, que foi alvo do escrutínio da Comissão de Urbanismo e que apresentou um conjunto de recomendações no relatório, votado favoravelmente nesta Assembleia em fevereiro de 2023, com o voto contra da CDU na recomendação 4.8, que recomendava à Câmara Municipal que desse início a um processo de negociação com o concessionário no sentido da alteração do contrato, com vista à redução dos anos de contrato de concessão, reduzindo grandemente o número de lugares e locais a parquear ou, na falta de acordo do concessionário, recorra às outras figuras jurídicas contratualmente previstas para reduzir o número de lugares de estacionamento tarifado. Recomendava-se, também, que a Câmara Municipal não pactuasse com os atrasos que se verificam na construção da obra prevista no Anexo 9 do Caderno de Encargos ou de outra de igual valor que se revelasse mais necessária para o município, bem como na construção do Parque 1. Estes atrasos consubstanciam o não cumprimento do contrato, bem como o Caderno de Encargos que pode vir a trazer consequências gravosas para a Câmara.

Pedir como o PSD, PS ou, de forma mais suave, CDU negociações com a Datarede, já a Câmara Municipal tinha sido instada há um ano para o fazer. Pergunto, que novidades tem estas três recomendações sobre esta matéria? Qual a urgência? Zero! Invocam estes três partidos, uns mais e outros menos, mas o resultado final é o mesmo, recomendações para a redução do número de anos de contrato, redução de lugares tarifados e execução de contrapartidas.

Recomendo que veja uma das recomendações do relatório que referia que a Câmara Municipal não pactuasse com os atrasos que se verificam na construção da obra prevista no Anexo 9 do Caderno de Encargos ou de outra de igual valor. Repetindo aquilo que há pouco disse, pode vir a trazer consequências gravosas para a Câmara.

Alerto para uma questão que a Comissão pediu à Câmara Municipal, do ponto de vista jurídico, quanto ao prazo mínimo para o início de um resgate parcial que apontava para o prazo mínimo de 10 anos. Estamos com quase 3, 4 anos de vigência do contrato. Que consequências financeiras e que impacto esta realidade jurídica pode ter para o erário público? Como disse lá atrás, este é um contrato de concessão feito de forma ruinosa para a cidade e para os munícipes e pela mão da gestão CDU, então liderada por Maria das Dores Meira, mas com a aprovação em defesa do mesmo por muitos dos que estão hoje em exercício neste executivo e também nesta bancada na Assembleia. Haja agora coragem política à CDU que se quer distanciar deste legado de Maria das Dores Meira e que tanto tem pedido o fim da concessão privada da Travessia de Troia, fez aqui exatamente o que crítica, atribuindo por 40 anos a concessão de estacionamento da cidade a um privado. Ainda vai a tempo de ser coerente e se assim o quiser e for capaz na primeira oportunidade para acabar de vez com este contrato. Haja, também, coragem política ao PSD e PS, mais do que palavras, ações concretas para acabar com este contrato, porque só a renúncia clara deste contrato liberta os setubalenses, e não só, deste encargo dos seus bolsos.

Simão Calixto (CDU) – Quero, em primeiro lugar, valorizar a iniciativa dos proponentes, para de alguma forma nos obrigar a discutir este assunto aqui na Assembleia Municipal e também para dizer que da parte da CDU não temos receio de discutir qualquer questão que seja de interesse para os setubalenses. Apresentamos, também, uma proposta que é clara e que a discussão que queremos fazer aqui também assim o é.

Queremos, por um lado, manter junto da Datarede a exigência de cumprimento das normas contratuais e a execução das contrapartidas também aí previstas para melhor servir Setúbal e os setubalenses. Mas este bom serviço também implica, e conforme a Câmara já anunciou, a reavaliação das condições da concessão, tendo subsequentemente aprovado um conjunto de sanções pelos incumprimentos desta empresa em relação ao contrato.

Ora, em relação às recomendações, a do PS aponta aqui um caminho de terra queimada que nós não consideramos e que precisamos de discutir e de aprofundar soluções e não procurar aqui estabelecer soluções sem qualquer estudo e sem qualquer condição para o fazer.

Em relação à do PSD, temos também algumas discordâncias na forma e no conteúdo, mas que ainda assim aponta para um caminho de estudo e conhecimento que precisamos de desenvolver e de potenciar para que cheguemos a um bom porto para a mobilidade de Setúbal e para a resolução deste problema também identificado e para garantir que os setubalenses não saiam mais penalizados por más decisões em relação à gestão deste processo.

Flávio Lança (IL) – Hoje estamos aqui para debatermos uma questão de suma importância para o nosso município, a incapacidade do executivo da Câmara Municipal em acompanhar e fiscalizar a concessão do estacionamento tarifado na nossa cidade, realizada pela empresa Datarede.

Desde o início deste contrato que temos a perceção de uma série de falhas e negligências por parte do executivo da Câmara Municipal, aparentemente o único interesse, mais concretamente do anterior executivo da CDU encabeçado por Maria das Dores Meira, foi garantir uma receita antecipada para financiar obras em período eleitoral, muitas das quais de vantagem duvidosa.

A ausência de fiscalização ou a falta de capacidade de gestão do contrato por parte dos últimos executivos da CDU tem permitido que a Datarede opere sem uma aparente falta de prestação de contas sobre as suas ações. E quem mais uma vez paga a conta são os setubalenses e os azeitonenses.

Senhoras e senhores, é hora de exigir responsabilidade e transparência ao executivo da Câmara Municipal, não podemos permitir que a negligência e o oportunismo político continuem a ditar os rumos da nossa cidade. Merecemos mais respeito e um compromisso verdadeiro com o desenvolvimento do nosso município.

Estamos assim de acordo com muito do que está escrito nas propostas para deliberar e por esse facto vamos votar favoravelmente todas as propostas.

Nuno Carvalho (PSD) – Volto a intervir devido a dois temas, o primeiro, o apelo ou a pergunta que fizemos ao Partido Socialista no que diz respeito à sua proposta de recomendação, porque, efetivamente, nós achamos que este tema hoje, naquilo que for possível, deve merecer o mais alargado consenso que for naturalmente aqui possível atingir. Por isso, não conseguimos compreender, efetivamente, onde é que é possível obter informação que permita decidir, primeiro, que se continue conversas, porque as conversas tanto quanto sabemos elas já ocorreram, chamem-lhes conversas, conversações, o que for, mas que o diálogo inclusive e é o que está previsto na contratação pública, ele ocorre de forma normal e evidente entre a Câmara Municipal e o concessionário, e é assim que deve acontecer.

Ele pode acontecer nesses mesmos termos de forma perfeitamente normal e formal ou informal, como queiram. Agora, levar a que, dessas mesmas conversas, depois haja uma renegociação do contrato em que nós não percebemos as consequências dessa negociação do ponto de vista financeiro, é algo que não consigo compreender. Qual é a consequência financeira desta conversação e deste objetivo que está no ponto um? E qual é a consequência financeira da eventual resolução do contrato que está no ponto 2? E qual é a consequência financeira de um eventual resgate parcial?

Pegando no exemplo do aeroporto, também viram o tema do aeroporto a ser decidido quando não podia ser decidido, quando se ouviu o Pedro Nuno Santos a pedir desculpa. Não quero mais pedidos de desculpas aos setubalenses. O que aqui está, das duas uma, ou o Partido Socialista tem a informação e é importante partilhá-la e dizer: “Não! Nós temos um caminho que sabemos que isto pode acontecer e temos as contas feitas, porque isto é uma solução que pode ser exequível e não vai ficar mais caro para os setubalenses.” Quanto ao resto o que vocês quiserem dizer ou manifestar-se à proposta do PSD, digam para se por um prazo e nós avançamos com um prazo para o estudo, mas digam se querem ser sérios no que diz respeito àquilo que é um consenso ou então se não querem, mas querem ser sérios no que diz respeito àquilo que é um não consenso, não vos retira a seriedade.

Não se consegue perceber é o que é que vocês querem, porque não se sabe quanto é que custa, nem sequer dizem que querem alterar a proposta do PSD com um prazo, nós temos que definir um prazo então para que seja para aprovar e efetivamente procurem esclarecer sobre estes pontos, porque se não houver a sustentabilidade, do ponto de vista daquilo que é o custo destas decisões, desculpem, mas isso vale o mesmo que zero, nada, é irresponsável até. Vamos lá a jogo, vamos aqui tentar obter uma decisão e esclareçam as coisas, se não, caso contrário, não conseguimos obter aqui consensos, mas o que aqui está é um caminho que havendo informação pode-se fazer sentir e agradecemos que o PS possa esclarecer para que possamos ter aqui um debate sério nessa mesma medida.

Mariana Crespo (PAN) – Sendo o espaço público limitado e infinito, mas das pessoas e para as pessoas, o PAN é de forma global favorável ao estacionamento tarifado, como forma de ordenamento do território e gestão dos espaços públicos na tentativa de o devolver aos municípios. Acresce, contudo, ainda que entendemos que as tarifas criadas para o estacionamento tarifado devem ser simultâneas a outras medidas, há alternativas fulcrais para a mobilidade suave, sustentável e partilhada e que são ainda deveras insuficientes na nossa cidade. Falamos de uma rede de transportes públicos abrangente, frequente e de qualidade, de sistemas de bicicletas ou trotinetes partilhadas, de uma verdadeira rede pedonal e ciclável, muitas dessas são iniciativas que dependem, também, do executivo municipal.

Temos de reconhecer que muito tem corrido de forma profundamente insatisfatória no referente à mobilidade no concelho de Setúbal, ao ponto de termos chegado a uma situação atual que apenas podemos descrever como caótica. Mas foquemo-nos aqui no assunto em apreço, referente à concessão da Datarede, que se analisarmos com clareza, torna-se por demais evidente que é um contrato que não está a ser cumprido, que não há possibilidade de ser cumprido devido aos reiterados incumprimentos e falta de respostas por parte da Datarede e, como tal, deve com todo o caráter de urgência ser decidida pela resolução ou resgate do contrato. Esta situação é sobejamente conhecida e foi já analisada pelos membros desta Assembleia Municipal, em sede de Comissão, pelo que não deixamos também de estranhar a aparente urgência recente do assunto ao ponto de se convocar esta Assembleia extraordinária. De qualquer forma, analisando de forma conjunta as recomendações do PS, PSD e CDU iremos acompanhar as que vão no sentido da possibilidade de resolução ou resgate do contrato, especificamente as propostas do PS e PSD, mas iremos votar contra a proposta da CDU que, a nosso ver, apenas contribui para o arrastar continuado do problema sem uma única solução à vista.

António Costa Ferreira (PSD) – O primeiro concurso público foi lançado com a obrigação de investimento da ordem dos 20 milhões por parte do concessionário e havia a obrigação de construção de três parques subterrâneos e um a adicionar de património municipal e por um período de 40 anos. Passado uns tempos houve um segundo concurso, onde foi retirado um parque subterrâneo, cuja estimativa rondará à volta dos 5, 6 milhões de euros e manteve-se o mesmo prazo de execução, ou seja, o concelho ficou hipotecado na mesma, havendo uma redução do investimento e mantendo-se todos os outros dados. Portanto, a CDU de Maria das Dores Meira falhou, porque houve uma redução do investimento, houve subtração de um parque subterrâneo e manteve-se os 40 anos de duração. É a introdução de como chegamos à celebração do contrato em 2021. Da nossa análise e da Comissão de Acompanhamento que tivemos a leitura do PSD é de que a postura que a Câmara adotou de acompanhamento, de fiscalização da gestão da concessão foi demasiado informal, de facilitismo, de fragilizante e de alguma promiscuidade, ignorando o Código da Contratação Pública, as regras e as normas imprescindíveis e aplicáveis. A Câmara Municipal da CDU falhou novamente. A Assembleia Municipal criou a tal comissão específica para acompanhamento e fiscalização com a entrega do respetivo relatório final, mas não se obteve qualquer resposta às recomendações e conclusões, optando o executivo da CDU primando pela sua ignorância. Mais uma vez, a Câmara Municipal da CDU falhou.

A situação atual é caótica, problemática e com desfecho imprevisível, onde se constatou um amadorismo que quase parecia tratar-se de uma situação anedótica, encenada por ausência de profissionalismo no relacionamento de concedente e concessionário que se vai traduzindo ou se vai traduzir num desfecho imprevisível, mas certamente desastroso e com grandes danos para o erário público e para os setubalenses.

A Câmara Municipal da CDU continua a falhar em toda a linha que nos levará certamente à ruína financeira, de novo, por esta obsessão política desmesurada e um aventureirismo, mas que foi bem alertada pela oposição. Deixo duas perguntas no seguimento desta questão que nos preocupa. Para além de todas as questões que foram observadas, coloco a seguinte questão: qual é a situação da dominialidade legal do parque subterrâneo conexo ao interface rodoviário, cujo valor patrimonial, julgo ser na ordem dos 4 milhões? Qual foi a modalidade jurídica e a que regime de transição e a duração adotados? Esta é uma constatação que há cerca de um ano está em funcionamento, praticando preços e modalidades que não vieram à aprovação nem da Câmara e nem da Assembleia Municipal.

Com esta modalidade a Câmara teria de fazer a inscrição na Conservatória do Registo Predial e na AT ou será que existe mais esta irregularidade e vício danoso de procedimento legal e de detrimento do erário setubalense? Pergunto aos senhores presidentes se não há necessidade de elaboração e aprovação de um regulamento específico para a gestão de exploração do estacionamento do parque subterrâneo para a aprovação das tarifas e taxas adequadas?

Realço que o cumprimento das questões levantadas são da competência da Câmara e Assembleia Municipal. Concluo, agradecendo antecipadamente a resposta concisa e adequada aos senhores presidentes.

Ilídio Ferreira (PS) – A proposta do Partido Socialista é muito clara e coerente com aquilo que temos vindo a dizer, ou seja, primeiro, constatamos que há uma discordância generalizada da população e das forças políticas relativamente à manutenção do contrato tal qual está. Segundo, o concessionário não está a cumprir. Analisamos e vimos as figuras previstas no contrato para efeitos de se chegar a uma resolução e solução deste problema e a primeira medida que propomos é a modificação do contrato. Modificação por acordo, não havendo acordo da parte do concessionário, dizemos que vamos ver a resolução. Porquê a resolução? Duas razões, a primeira é a mais favorável para a Câmara, após a notificação, porque o que o próprio contrato diz e a lei também o diz, é que havendo justa causa, ou seja, havendo factos graves do não cumprimento, não há qualquer tipo de indemnização e só em terceira alternativa, nós apontamos para o resgate. Porquê o resgate? Porque o resgate tem custos para a Câmara, tal qual consta do próprio contrato.

Não temos aqui política de terra queimada, pelo contrário, se alguém tem uma proposta de política de terra queimada não é a nossa que é muito objetiva e muito clara. Nós não compreendemos a posição do PSD, quando propomos aqui que a Câmara avance no sentido da modificação da resolução ou em terceira hipótese do resgate, obviamente que esta Assembleia Municipal é poder fiscalizador da Câmara e a Câmara é poder executivo e que quando a Câmara avança para algumas destas figuras ou estudar as três hipóteses, tem elementos suficientes para fundamentar que posição acha que é a melhor e trará ao plenário da Câmara e a esta Assembleia, quando for a altura oportuna.

Agora, nós não vimos necessidade, pelos vistos o PSD vê, de estar a fazer todos estes estudos, alguns dos quais a Câmara terá feito. Por aquilo que conheço do trabalho que é feito pela Câmara de acompanhamento e da fiscalização, não tenho dúvidas que a Câmara conseguirá rapidamente ter elementos que lhe permitam avaliar expectativas de utilização no sentido de fazer um cálculo dos valores. Tem juristas que lhe permitirão, em espaço relativamente curto, dar pareceres em relação aos aspetos legais das ações que entenda ser mais convenientes, portanto, a Câmara tem os meios para fazer toda a análise e tomar as decisões que ela considere que lhe sejam mais favoráveis.

Nós, enquanto órgão fiscalizador, discordamos politicamente da situação como ela está e fazemos uma proposta que é gradual, ou seja, primeiro, a modificação por acordo, que é o que me parece melhor, segundo, a resolução por não cumprimento do contrato de forma gravosa, terceiro, não sendo possível as duas, por resgate parcial que terá sempre custos para a Câmara.

Não estamos a ver onde é que é a política de terra queimada, nem estamos a ver que dificuldade é que o PSD tem para conseguir perceber qual é a linha de raciocínio e qual é a intenção do Partido Socialista.

Finalmente, senhor deputado, se os “10%” o incomoda nós estamos disponíveis para os retirar e pôr “reserva suficiente”, por exemplo. O que achamos é que deve haver uma reserva de lugares suficiente para os moradores de cada uma das zonas, mas podemos tirar os “10%” e ficar “reserva suficiente” ou “reserva necessária”.

Presidente da Mesa – Nós estamos a fazer aqui a discussão de três recomendações que, de facto, apontam em sentidos diferentes, mas há um outro documento que já contém conclusões e recomendações que é o relatório da Comissão de Urbanismo sobre o estacionamento tarifado e já passou pela Assembleia Municipal, portanto, estamos a acumular recomendações.

Estou a referir isto, porque não podemos dar ao executivo instruções contraditórias e estas três recomendações apontam em sentidos diferentes. O PSD aponta no sentido do resgate da concessão e a reassumir o controlo do estacionamento tarifado, é esta a síntese daquela proposta. O PS é diferente, aponta para, primeiro, fazer-se a modificação do contrato por acordo, depois a resolução do contrato ou o resgate parcial, que são materialmente coisas diferentes. A recomendação da CDU, é a exigência do cumprimento global e a reavaliação das condições de concessão até ao fim deste ano, portanto, vai um bocadinho, em termos de método de trabalho, ao encontro do PSD, que é estudar e realizar num prazo temporal, mas são coisas diferentes.

Isto é para, também, chamar a atenção para quem já disse, que votava nelas todas, estão a votar em coisas diferentes, é preciso optar, porque é preciso dar instruções ao executivo de que caminho é este. Senhor Presidente faça favor.

Presidente da Câmara – Em primeiro lugar, este executivo municipal tem a obrigação de gerir um contrato de concessão que foi aprovado legitimamente na Câmara e na Assembleia Municipal e cabe a este executivo gerir esse contrato. Essa é a primeira questão que, muitas vezes, não é considerada nas avaliações que são feitas. Depois, este executivo municipal na gestão desse contrato, que é, em primeiro lugar, uma relação com o concessionário e que é para fazer com que o concessionário cumpra o contrato. Foi assim que a Câmara e a Assembleia Municipal decidiram. Ao executivo municipal cabe-lhe gerir esse contrato e é necessário que na fiscalização e no acompanhamento que faz do contrato exija ao concessionário esse cumprimento.

Em segundo lugar, o executivo municipal avalia a realidade, a qual transforma-se, evolui como todos nós sabemos. O contrato foi aprovado e assinado em maio de 2021, estamos em julho de 2024, a cidade transforma-se, as realidades evoluem e o executivo municipal acompanha essa transformação e essa evolução e nas reuniões que temos com o concessionário falamos sobre os problemas, a necessidade da atualização, de revisão em determinados pontos. Isso é normal acontecer e nós fazemos esse trabalho.

Como, também, sabemos houve determinadas decisões que a Câmara Municipal tomou, porque o concessionário não cumpriu. O que se exige ao executivo municipal é que faça cumprir o contrato, o executivo trouxe à reunião de Câmara, propôs e foi aprovado. A Câmara Municipal aprovou penalizações e até recomendações ao concessionário. Creio que o executivo municipal está a cumprir e a fazer aquilo que lhe compete.

Agora, essa tal avaliação da situação também se faz na relação que a Câmara Municipal tem com o concessionário, e o que nós verificamos é que o concessionário não dá resposta àquilo que foram as determinações da Câmara Municipal. Logo, a Câmara Municipal avalia todas as condições, todos os mecanismos que estarão à sua disposição, nos termos do contrato e nos termos legais, para poder quando for necessário e adequado intervir. Essa é uma avaliação que a Câmara Municipal, o executivo vai fazendo todos os dias.

Naturalmente que temos os nossos técnicos, que nos diversos domínios, vão avaliando e vão informando o executivo no sentido de poder nessa ponderação, nessa reflexão, nesse acompanhamento vir a tomar decisões. É isso que se pode esperar do executivo municipal, sendo que há uma questão aqui, que já foi referida, é que este é um contrato que se o executivo não for ponderado na iniciativa, na avaliação, pode ter consequências graves do ponto de vista económico e financeiro para a própria Câmara Municipal. Isso é uma responsabilidade que o executivo ao não ponderar todas estas situações, com a avaliação de toda essa informação que é necessário ter, naturalmente que a Câmara ou o executivo não estará a cumprir com as suas obrigações. O que eu quero dizer, senhores deputados municipais, é que o executivo municipal está a cumprir essas suas obrigações. Em determinada altura, naturalmente, que tomará também essas decisões.

Nós acompanhamos, também, as propostas que são apresentadas, por exemplo, o Partido Socialista apresentou já várias propostas na Câmara Municipal com as quais nós não podemos estar de acordo e demonstramos e até achamos estranho que o Partido Socialista, como partido responsável, há de saber que há determinados procedimentos no quadro legal que não são adequados a algumas das propostas que foram apresentadas. Creio que não é difícil de avaliar isso e, portanto, não é a primeira vez que algumas das propostas que estão nesta recomendação, o Partido Socialista já as fez e com as quais nós não podemos estar de acordo. Continuaremos, como é nossa obrigação, a avaliar, a tomar medidas junto do concessionário obrigando-o a cumprir o contrato e também na perspetiva de um dia destes, com a informação que consideramos adequada, tomarmos decisões que venham a defender os interesses das nossas populações. É isso que os setubalenses, os senhores deputados podem estar confiantes, é que estamos a acompanhar, a refletir, a ponderar para que não haja consequências económicas e financeiras para a Câmara Municipal, no âmbito do que foi o contrato que foi aprovado e que, também, os interesses das populações serão salvaguardados. Ao contrário do que por aí vemos, muitas vezes, até brincando um pouco com coisas sérias, entre aspas, é que, de facto, esta matéria é bastante séria e que mexe com a vida das pessoas e com o bem-estar no nosso território municipal e, por isso, algumas iniciativas não podem ser consideradas sérias, tendo em conta o contrato pesado que nós temos em mão e que vamos gerir sempre na defesa dos interesses dos setubalenses e dos azeitonenses.

Paulo Lopes (PS) – Quero só reforçar esta ideia de que a visão que o Partido Socialista tem sobre este contrato, não é de todo igual à da CDU, portanto, o Sr. Presidente disse e quero reforçar exatamente isto. Nós afastamo-nos totalmente deste contrato de concessão, ao contrário dos senhores que o aprovaram. Quando há pouco disse que foi aprovado em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, foi aprovado com os votos maioritários da CDU apenas, mas agora não se pode vir dizer que a cidade em 3 anos mudou muito. Não se pode vir dizer que a mobilidade na Avenida Luísa Todí mudou tanto e por isso leva se que se mude a localização, por exemplo, de um parque de estacionamento subterrâneo.

Então os senhores não sabiam o que estavam a aprovar? Em 3 anos, o que é que mudou na mobilidade? Então o que é que mudou nas contrapartidas financeiras que a concessão teria de dar? Não mudou nada, a única coisa que mudou foi quem estava sentado nessa cadeira. As coisas também têm de ser ditas. Os senhores estão a tentar ou estão a mudar de opinião, mudou alguma coisa? Já lhe dei esta de borla hoje.

Isto mudou muito pouco, os senhores é que perceberam que realmente a decisão foi errada e agora, obviamente, estão a tentar, na vossa visão, alterar, mas que não é de todo a nossa visão.

Desde o início, que o Partido Socialista sempre se assumiu integralmente como oposição a este contrato de concessão, no número de lugares, nas zonas que eram consideradas zonas residenciais e que vocês abrangeram, na criação de bolsas de estacionamento, que também não foram feitas, enfim, há várias situações e muitas dessas questões foram vertidas no tal Relatório e recomendação que foi aprovado há mais de um ano e que sinceramente pouco vimos que o executivo tenha dado cumprimento, bola, como está ali o senhor deputado a dizer, e é verdade.

Em relação ao PSD, numa sexta-feira, às 4 e meia da tarde de repente deu-lhe a urgência. Na quarta-feira houve uma reunião da Comissão Permanente com os líderes das bancadas para gerir a Assembleia Municipal extraordinária e não foi dito absolutamente nada. Zero. Olhe, bola. Mas na sexta-feira à tarde, de repente acordaram para a vida. Há uma urgência e então marca-se uma sessão extraordinária, que é uma assembleia extraordinária a seguir à extraordinária, porque nem sequer havia tempo para mexer na ordem de trabalhos. Isso não é sério, isso é que não é sério. Transmitem isso a quem de direito e esta é a minha opinião. Já se percebeu que há aqui visões inconciliáveis, não vai ser possível aprovar todas, mas o Partido Socialista vai viabilizar todos os documentos políticos que deem capacidade ao executivo para criar pressão política, pública, etc., para alterar este contrato. Penso que já disse aqui qual será o sentido de voto e iremos votar todas favoravelmente.

Ilídio Ferreira (PS) – Só mais duas notas relativamente à intervenção do Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, o Sr. Presidente disse que defende os interesses das populações, e essa também é a nossa intenção, por isso, temos vindo a achar que as populações estão em desacordo com o contrato tal qual está e temos vindo a intervir politicamente no sentido de que a situação seja alterada.

Depois o Sr. Presidente disse que tem a obrigação de gerir um contrato de concessão que foi aprovado pela Câmara e a Assembleia Municipal, mas o Sr. Presidente não pode ignorar, por um lado, a opinião generalizada de que este contrato não serve, a própria CDU também já transmitiu a discordância relativamente ao contrato nestes termos em que ele existe, e não pode ignorar que a situação política hoje é diferente daquela quando foi aprovado. E mais do que isso, houve já por diversas vezes posições assumidas por esta Assembleia no sentido de recomendar ao executivo a alteração do contrato.

Finalmente, quanto à questão legal que o Sr. Presidente quis levantar da responsabilidade, irresponsabilidade nesta bancada o Sr. Presidente não encontra, porque aquilo que o Partido Socialista tem vindo a dizer é para a Câmara Municipal avaliar a medida mais favorável para a autarquia dentro daquilo que o próprio contrato e a lei preveem. É o que nós temos dito e isso não denota irresponsabilidade, mas uma grande responsabilidade. O Sr. Presidente falou em responsabilidade e que está a cumprir, eu sugiro-lhe a leitura da cláusula 14ª, “Resolução do contrato por parte do primeiro outorgante”. Senhor Presidente, não fui eu que trouxe aqui, já trouxe, mas não fui eu que aprovei, não tenho competência para isso, foi o Sr. Presidente que propôs que fossem aplicadas sanções, pelo facto de o concessionário não estar a cumprir com o contrato. Face à cláusula, 14ª, o senhor pode acionar a resolução do contrato, a não ser que o senhor me apresente pareceres jurídicos que digam o contrário e se não querem acionar, retirem aqui esta cláusula.

António Costa Ferreira (PSD) – É só para perguntar se tenho direito a resposta à pergunta que eu fiz sobre a questão do interface, do parque subterrâneo, como é que foi feita a transição, quando e em que moldes é que está feita a gestão?

Está dentro das obrigações contratuais da Datarede. Só pergunto se tenho direito à resposta ou não, porque estão em causa receitas.

Presidente da Mesa – Senhor Presidente da Câmara, o senhor deputado do PSD está a questionar se responderá à questão sobre os terrenos do interface, a transferência de titularidade, é isso?

António Costa Ferreira (PSD) – Como é que a transferência passou, do ponto de vista normativo, a propriedade da Câmara para a Datarede?

Presidente da Câmara – Peço desculpa, mas estava aqui a tratar de um assunto com a Sra. Vice-Presidente e não tomei atenção, mas a senhora vereadora está-me a dizer que já foi explicado essa questão na comissão e que nós vamos responder por escrito relativamente a essa questão.

António Costa Ferreira (PSD) – Se vai responder por escrito, pronto. É que eu vejo a Câmara aflita, do ponto de vista financeiro, e esta é uma forma de trazer receitas para a Câmara Municipal, porque o património sendo explorado por um privado está sujeito à cobrança do IMI.

Vereadora Rita Carvalho – Esta questão não é colocada pela primeira vez pelo senhor deputado Costa Ferreira, foi colocado inúmeras vezes na Comissão de Urbanismo, no momento em que se fazia a Comissão específica sobre a questão do estacionamento, foi explicada pelo jurista, o nosso Dr. Rui Ferreira, quando esteve na reunião da Comissão de Urbanismo e o senhor deputado Costa Ferreira recolocou a questão.

Não está em causa uma propriedade pela empresa concessionária, está em causa uma concessão por um período de 40 anos, portanto, não há uma transferência de propriedade.

O que eu proponho, é fazer-se uma informação escrita em que fique expresso, de uma vez por todas, para ver se fica clarificada a questão sendo que ela é repetida inúmeras vezes.

António Costa Ferreira (PSD) – Vou-lhe mandar o código do IMI, onde o direito de superfície é sujeito á cobrança do IMI por parte da superficiária.

Presidente da Mesa – Muito obrigado senhor deputado pela recomendação de estudar o código do IMI para os serviços municipais, é uma recomendação antecipada que fica já assumida, os serviços do município, os serviços jurídicos e o urbanismo vão estudar o código do IMI que é para ver se não estão a prejudicar as receitas da Câmara. As respostas por escrito, talvez esclareça isso.

Creio que nesta discussão as posições estão clarificadas de todos os lados, está tudo entendido, em relação ao processo de votação não vou repetir as diferenças entre as recomendações que estão aqui, mas existem e não é a mesma coisa ponderar o assunto até determinado prazo ou avançar com a proposta de uma resolução ou de um resgate.

Nuno Carvalho (PSD) – É mais um ponto de ordem à Mesa, porque queremos pedir a votação por pontos da proposta do Partido Socialista. Isto porque é mais do que evidente que o ponto 1, e é legítimo que assim seja, o que faz é uma modificação ao contrato, ora, nós deixamos claro na nossa proposta que não queremos. O que queremos é que se avalie as condições para o contrato não continuar, porque quando nós defendemos o resgate é por que achamos que, de facto, face àquilo que o concessionário não cumpriu, que não fez a obra e face aquilo que ele incumpe de forma incorreta no contrato, que desse bolo é possível resgatar o contrato indo para a figura do resgate e é o que queremos avaliar para poder materializar isso. Isto resume-se ao quê? A não querer que o contrato continue, porque nunca o quisemos.

Ora, este ponto 1, é diverso nesse aspeto, é diverso da nossa proposta. É verdade que este ponto 1 do PS é o mal menor, depois há essa questão que o PS estabelece uma ordem e por isso é que nós queremos aqui deixar isso bastante claro. O ponto 1 estabelece duas coisas, uma ordem, porque o ponto 2 diz que caso não seja possível unificar o contrato, caso não seja possível o mal menor, então vai para o outro.

Presidente da Mesa – O que está a propor é que se faça a votação ponto por ponto.

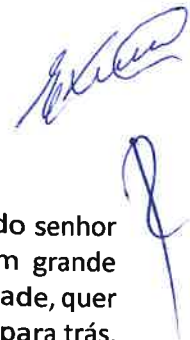
Nuno Carvalho (PSD) – Exatamente! Porque chamar aqui um reforço, até caso o Partido Socialista queira modificar, porque este ponto 2, nós não somos favoráveis ao mal menor, mas o Partido Socialista até pode tentar pôr a proposta de outra maneira no sentido a que isto depois tenha coerência entre os diversos pontos, mas o ponto 2 depende do ponto 1 que estabelece uma determinada ordem.

Não sei se querem manter a proposta exatamente como está ou não, mas deduzo até da conversa do PS que também não é favorável a este contrato, sei que não é, a proposta é que diz aqui que vão mudar uma coisa.

Presidente da Mesa – Está entendida a posição, senhor deputado.

Nuno Carvalho (PSD) – Não está não! Eu não percebo a posição do PS.

Presidente da Mesa – A sua posição está entendida.
Agradecia que o PS, então, esclarecesse.



Ilídio Ferreira (PS) – Não aceito, porque julgo que há aqui um problema de interpretação por parte do senhor deputado municipal. Não sei se ele não queria dizer isto, não sei se ele conhece o contrato com grande pormenor. Eu já o li muitas vezes por via, quer da minha função na Comissão de Urbanismo e Mobilidade, quer pelo facto de vir acompanhando em modo do PS esta matéria e conheço o contrato para a frente e para trás. Gostaria de lhe dizer que o significado do resgate parcial, *“por motivo de interesse público, pagando uma indemnização (estou a ler o que diz o contrato) calculada com base nas despesas com o concessionário que não tenha amortizado e que representa investimentos”*. Ou seja, isto concretamente é a Câmara a dizer que ainda iam implementar mais não sei quantos milhares de estacionamento, não implementam e nós resgatamos isso e paga-vos um determinado valor em função dos lucros esperados por vocês até ao final. É isto, que em termos de bom português significa aqui.

O que nós dizemos, porque é que achamos é que o primeiro passo deve ser a modificação, porque a modificação, sendo ela conversada ou negociada, pode levar exatamente aos mesmos resultados sem qualquer tipo de custo para a Câmara, ou seja, a Câmara senta-se com o concessionário e diz “Meus amigos, vocês não estão a cumprir com o contrato, nós achamos que não devem implementar os lugares todos que estão previstos, vamos chegar aqui a um acordo e vamos modificar o contrato”. Trata-se de pegar no contrato, escrevê-lo de outra forma, é tão só isso, não percebo onde é que há a contradição entre o ponto 1 e o ponto 2 ou o ponto 3, está tudo numa sequência legal com figuras que estão previstas no contrato e na lei. Penso que o senhor deputado é que está a fazer confusão.

Nuno Carvalho (PSD) – Em primeiro lugar, acho que nós aqui temos de ter um nível e um tratamento de honestidade e perceber aquilo que cada um de nós diz. Eu referia-me ao ponto 1, face à proposta do PSD, não é face à proposta do próprio PS. Portanto, eu falava do ponto 1 da proposta do PS que é diferente da proposta do PSD e isso foi esclarecido, isso atira por terra todas as outras considerações que foram aqui ditas.

Depois, sobre a questão do ponto 1, e não sobre o ponto 2, que eu não me debrucei sobre ele, sobre o ponto 1, evidentemente, nós não estávamos se quer falar do contrato. Eu acho que não fica bem até achar que nós íamos propor o resgate do contrato sem ler o contrato ou sem ler a lei ou sem perceber a lei, também acho que o PS não fez isso, como é evidente. Estou apenas a chamar a atenção a nível daquilo que é a articulação da votação e daí, isto ser no interesse de salvar as propostas e de votar favoravelmente alguns pontos, perguntei se o ponto 1 e o ponto 2 do PS iam se manter com este texto considerando que o ponto 2 tem uma condição para o ponto 1.

Presidente da Mesa – Está entendido senhor deputado. Vamos lá, também, com realismo, a proposta do PS parece-me que foi formulada, pelo menos no tempo em que ela apareceu, posteriormente à divulgação da proposta do PSD, portanto, sabia o que é que o PSD propunha e formulou uma proposta diferente da do PSD. É normal que queira manter a proposta com essas diferenças, agora a minha preocupação, curiosamente, não é neste caso procurar os consensos para todas, porque isso torna-se uma tarefa que vai ser neutralizada em termos de recomendação para o executivo. Como é que nós vamos votar? Vamos votar uma a uma e a que tiver maior votação, será a que vai vencer esta competição entre as três. Não pode ser outra coisa, que é para produzirmos uma recomendação ao executivo.

Nuno Carvalho (PSD) – Uma interpolação à Mesa. Como elas são votadas por ordem decrescente, nós podemos, eventualmente, aprovar o ponto 1, que é contrário... Nós podemos entrar em contradição.

Presidente da Mesa – Vamos supor que as três são votadas e têm as três a maioria relativa, a deliberação da Assembleia tem de aproveitar a que tem melhor aprovação, a mais votada.

Já temos aqui duas bancadas com o mesmo entendimento. Podemos recusar as três e aprovar as três, é esse o entendimento. Então vota-se e dá o que der.

A questão é muito prática, vamo-nos pôr no papel do executivo, recebemos três recomendações, uma diz para se estudar este assunto até ao final do ano e vem à procura dessas informações e analisa legalmente o que é que se pode fazer e nos dá os resultados. É uma tarefa. Há outra que diz que faça a resolução do contrato ou faça o resgate do contrato e o que é que o executivo faz? Estuda ou resgata?

A Mesa considera-se esclarecida pelo plenário e vai, como é de regra, seguir a opção maioritária do plenário, já temos pronunciamento de três bancadas diversas de que é votar e o resultado é o que for, se forem todas aprovadas, todas serão. É essa a decisão do plenário, é assim que vamos proceder.

Marco Costa (PS) – Senhor Presidente, com tantas alternativas é melhor do que não fazer nada.

Presidente da Mesa – Ninguém está a dizer que não faz nada. Não é nada disso. Então, vamo-nos concentrar primeiro e vamos passar à votação pela ordem inversa da apresentação.

3. Deliberação n.º 053/2024/AM – Proposta n.º 01/2024/CDU – Recomendação sobre o contrato de concessão com a empresa Datarede SA

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e 1 voto contra do PAN.

2. Deliberação n.º 052/2024/AM – Proposta n.º 01/2024/PS – Recomendação de modificação ao contrato de estacionamento tarifado e de avaliação de resolução ou resgate parcial

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CHEGA.

Presidente da Mesa – O autor da proposta não concedeu, recusou a desagregação da proposta. As desagregações ou aglomerações dependem da anuência dos proponentes, foi dito pelo senhor deputado Ilídio Ferreira que não aceitava isso, porque a proposta tem coerência, a interpretação é que é diversa.

Não havendo mais intervenções foi a proposta rejeitada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 6 abstenções do PPD/PSD e 14 votos a favor, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL.

1. Deliberação n.º 051/2024/AM – Proposta n.º 01/2024/PSD – Recomendação da Assembleia Municipal de Setúbal sobre o contrato de concessão com a empresa Datarede S.A.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não deixa de ser extraordinária a marcação inusitada desta Assembleia Extraordinária a seguir a uma Assembleia Extraordinária. Uma Assembleia que foi marcada com carácter de muito urgente para discutir recomendações sobre a concessão do estacionamento tarifado à superfície, uma Assembleia que foi requerida com muita urgência pela mão do PSD, da CDU e do próprio Presidente de Câmara. Ou seja, o Presidente de Câmara e a CDU conversaram, para não haver aqui problemas com alguma suscetibilidade politicamente com o PSD a aprovação de recomendações ao próprio Presidente de Câmara.*

Isto parece o jogo do monopólio, agora jogas tu, a seguir jogo eu e no fim tentam ser os donos disto tudo, mas esta Assembleia arrisca-se a ser um flop. Afinal de contas, a coligação CDU/PSD aprovou recomendações que são mais do mesmo, vão empurrando com a barriga para a frente decidindo uma mão cheia de nada sobre um assunto que o executivo anda há mais de 3 anos para resolver, a concessão desastrosa de estacionamento tarifado por 40 anos, feita no anterior mandato, onde a CDU e a ex-presidente Maria das Dores Meira gozavam de poder absoluto.

Sobre o tema do estacionamento tarifado, como todos em Setúbal sabem, o Partido Socialista tem liderado a oposição e o combate a esta concessão de estacionamento tarifado. Os setubalenses não querem mais estudos e mais consultas e novamente mais estudos e mais pareceres de quem parece não querer decidir sobre coisa nenhuma e de quem quer passar a imagem que vai fazendo qualquer coisa para não fazer nada.

Os setubalenses querem atos, querem acabar com esta concessão de estacionamento tarifado e, por isso, o Partido Socialista apresentou uma recomendação própria, que seria mais um instrumento de pressão política para que o executivo tome decisões para negociar o contrato ou parta para a resolução do mesmo. Lamentavelmente a CDU e o PSD, mais uma vez, não se quiseram juntar a esta luta.

É necessário aprovar medidas concretas para minimizar o impacto desta concessão ou negociando a eliminação de lugares de estacionamento, assim como a extinção de zonas de estacionamento tarifado em zonas eminentemente habitacionais, criar bolsas de estacionamento para residentes, implementar um bilhete diário em certas áreas da concessão e dado os incumprimentos já anunciados avançar com uma solução para acabar de vez com esta concessão de estacionamento tarifado.

É este o caminho que queremos trilhar e que em 2025 os setubalenses votem com a memória de quem criou este monstro, a consciência de que é preciso mudar com os olhos postos numa Setúbal com futuro.”

Nuno Carvalho (PSD) – É para um ponto de ordem à Mesa, por duas matérias, a primeira, é sobre a forma da declaração de voto e a forma como é utilizado, porque se me recorde, até o próprio PSD já foi restringido algumas vezes e bem, de acordo com aquilo que é o regimento, e na forma como se utiliza a declaração de voto. Contudo, independentemente disso, as palavras que aí foram proferidas há duas que...

Paulo Lopes (PS) – Isso é uma declaração de voto à minha declaração de voto. Não vale tudo.

Presidente da Mesa – Senhor deputado, aceitei um ponto de ordem à Mesa e está a fazer considerações sobre o funcionamento da Assembleia.

Nuno Carvalho (PSD) – O meu ponto de ordem à Mesa é sobre esta forma de utilização que teve, em primeiro lugar, algo que nós queremos que seja esclarecido, a menos que tenha sido mal-entendido. A não ser que tenhamos entendido que o Partido Socialista disse que nós estivemos a conversar com a CDU para preparar uma Assembleia Municipal, algo que não aconteceu.

Esta Assembleia Municipal, por parte do PSD, foi convocada devido a mais um episódio de incumprimento por parte da Datarede. Senhor Presidente, se isso assim foi há uma mentira que aqui foi proferida e as mentiras têm de ser desmascaradas e não se pode utilizar uma figura para mentir...

Paulo Lopes (PS) - Senhor Presidente, defesa da honra da bancada e isso tem de me dar.

Nuno Carvalho (PSD) – Se o senhor deputado quiser esclarecer, se foi isso que quis dizer, então ele mentiu. Primeiro ponto.

Segundo ponto, Sr. Presidente, diz respeito à utilização...

Paulo Lopes (PS) – Isto é uma palhaçada! Desculpem lá, isto é uma palhaçada.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, se quiserem fazer disto uma palhaçada, façam, mas vejam bem se isso se justifica. Se não há condições para continuarmos com os trabalhos, pode-se terminar já aqui. Assim não se pode funcionar.

Ninguém ofendeu ninguém até agora. Vamos terminar as intervenções.

Há um ponto de ordem que foi colocado em relação à intervenção que foi feita, interpretando que não era uma justificação do voto, que não era um voto de vencido. O Partido Socialista teve uma votação que perdeu, apresentou um voto de vencido, explicou bem ou mal em relação às outras bancadas, cada um sente-se como entende.

De facto, utilizou a palavra “mentiroso” e isso pode ofender a honra, então faça a defesa da sua honra.

Paulo Lopes (PS) – O que quer dizer que a palavra “mentira” utilizada pelo deputado municipal Nuno Carvalho foi abusiva por uma razão, é que nós não temos qualquer conhecimento que na sexta-feira tenha ocorrido qualquer ato que, de repente, tenha levado a esta urgência absolutamente inusitada para marcar esta Assembleia Extraordinária desta forma. Não houve!

Portanto, não há aqui mentira nenhuma, não há problema nenhum em os senhores falarem, era o que mais faltava, agora que é esta a nossa visão e a nossa posição é, não há mentira absolutamente nenhuma e o senhor não se volta a dirigir nesses termos à minha pessoa.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram onze horas e dez minutos do dia 23 de julho, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro, contém dezanove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,

Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.